



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO
CAMPUS SANTA INÊS
Gabinete da Diretoria - Campus Santa Inês - GAB-SIN
EDITAL N° 38/2021

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR SUBSTITUTO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, CAMPUS SANTA INÊS nomeado nos termos da Portaria N° 5.428, de 18 de novembro de 2020, publicada no DOU em 19 de novembro de 2020, no uso de suas atribuições legais, torna público que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado, destinado à contratação de professor substituto para o Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, nos termos do art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, da Lei no 8.745/93, e suas alterações, e o que consta no Processo nº 23249.043731.2020-94.

1. DAS VAGAS

1.1. O Processo Seletivo de que trata o presente Edital destina-se ao preenchimento de 01 (uma) vaga para contratação temporária em regime de 40h (quarenta horas), de professor substituto, conforme o constante no Quadro de Vagas/Áreas/Temas da Prova Didática disposto no Anexo I.

1.2. A vaga será destinada ao IFMA-Campus Santa Inês.

1.3. Será criado cadastro de reserva que poderá ser aproveitado por outros campi do IFMA, de acordo com o interesse da instituição, seguindo os critérios de contratação estabelecidos neste Edital.

2. DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS DEFICIENTES

2.1. Das vagas destinadas a cada cargo/área/especialidade/ramo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Processo Seletivo, 5% serão providas na forma do § 2º, do artigo 5º da Lei 8.112/90, de 11/12/1990, e do Decreto N. 3.298, de 20/12/1999, e suas alterações.

2.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas, nos termos do § 2º, do art. 5º da Lei Nº. 8.112/90.

2.1.2. O candidato que se declarar deficiente concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

2.1.3. No momento da contratação, devem ser chamados alternada e proporcionalmente os candidatos das duas listas, prosseguindo-se até a caducidade do Seletivo. Para efeito de tornar compatível o princípio da reserva com a ordem de classificação, a convocação de forma alternada deve iniciar-se com os candidatos da lista geral, passando-se ao primeiro da lista especial já no primeiro bloco de convocados, seja qual for o número de chamados, aplicando-se sempre a regra do art. 37, §2º, do Decreto n. 3.298/1999.

2.1.4. O candidato deficiente aprovado e cuja classificação permita que seja chamado na primeira convocação, mesmo sem a reserva, não deve ser computado para a reserva a ser cumprida no Seletivo, passando-se ao próximo candidato aprovado da lista especial.

2.1.5. Caso haja convocações além do número de vagas originalmente previstas em edital, o percentual de reserva para deficientes será aplicado sobre o total de vagas providas desde a abertura deste Processo Seletivo até a data da nova convocação, abrangendo o número total das convocações e não apenas o número de vagas a serem providas em cada convocação em separado.

2.1.6. No surgimento de novas vagas, durante vigência do seletivo, aplicando-se o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas para candidatos com deficiência, a 5ª (quinta) vaga de cada área, por antecipação do direito de reserva ao candidato com deficiência, será destinada ao primeiro candidato com deficiência classificado e homologado para a referida vaga.

2.1.7. A vaga surgida em razão de desligamento de professor contratado em processo seletivo vigente implicará a convocação de candidato da respectiva fila de aprovados, geral ou de deficientes, da qual fora convocado o antigo ocupante da vaga recém-desocupada, caso ainda persista o motivo de vaga que gerou a contratação.

2.2. Para concorrer a uma dessas vagas o candidato deverá:

- a) no ato da inscrição, declarar-se deficiente;
- b) encaminhar laudo médico original ou cópia autenticada, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau, ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID-10), bem como a provável causa da deficiência.

2.2.1. O candidato com deficiência deverá enviar, do dia **02 a 14 de junho de 2021**, o laudo médico (original ou cópia autenticada) a que se refere alínea "b" do subitem 2.2, bem como cópia do CPF e RG, à Comissão do Processo Seletivo Simplificado, através do e-mail seletivo.santaines@ifma.edu.br

2.2.2. O candidato que se declarar com deficiência deverá requerer à Comissão do Processo Seletivo Simplificado vaga para participar do Concurso nessa condição, através do envio da ficha de inscrição para o e-mail descrito no subitem anterior.

2.2.3. O fornecimento do original ou cópia autenticada do laudo médico, do RG e CPF, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O IFMA – Campus Santa Inês não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio e/ou falha no envio da documentação, que impeça sua chegada ao seu destino.

2.3. O candidato com deficiência poderá requerer atendimento especial, no ato da inscrição (Anexo II), indicando as condições de que necessita para a realização da prova. O requerimento deverá ser enviado à Comissão do Processo Seletivo Simplificado, através do e-mail seletivo.santaines@ifma.edu.br, no período de **02 a 14 de junho de 2021**.

2.4. Os candidatos deficientes, resguardadas as condições especiais prevista no Decreto Federal nº3.298/99, particularmente em seu Artigo 41 (quarenta e um), participarão em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, os critérios de aprovação e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, no mesmo dia, horário e local de aplicação das provas. Os benefícios no Artigo 40, § 1º e 2º deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições ao IFMA.

2.5. O laudo médico original ou sua cópia autenticada, bem como as cópias autenticadas do RG e CPF valerão somente para este concurso. Não serão devolvidos e não serão fornecidas cópias desses documentos.

2.6. A relação dos candidatos que tiverem suas inscrições deferidas para concorrer na condição de deficiente será divulgada na internet, no endereço eletrônico do IFMA (<https://portal.ifma.edu.br/concursos-e-seletivos/>) no dia **16 de junho de 2021**.

2.7 O candidato disporá de dois dias, a partir da divulgação da relação citada no subitem anterior, para fundamentar a contestação de indeferimento, mediante preenchimento do requerimento de recurso (ANEXO III). Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão do Processo Seletivo Simplificado, através do e-mail seletivo.santaines@ifma.edu.br. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

2.8. O candidato classificado que se declarou deficiente será convocado, após a nomeação, para se submeter à perícia médica promovida pela equipe de profissionais do IFMA, que verificará sua qualificação como deficiente, ou não. Será ainda avaliado sobre a incompatibilidade entre as atribuições do cargo a ser contratado temporariamente por meio deste Edital, e a necessidade especial apresentada, nos termos do Artigo 43, do Decreto nº 3.298/99, e suas alterações.

2.9. O candidato que se enquadrar na situação prevista no subitem anterior deverá comparecer à perícia médica, munido de laudo médico que ateste espécie e grau, ou nível de necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID-10), conforme especificado no Decreto nº 3.298/99, e suas alterações, bem como à provável causa da necessidade especial.

2.10. A não observância do disposto no item 2.2 e seus subitens, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à mesma, acarretará a perda do direito à vaga reservada ao candidato em tais condições.

2.11. O candidato com deficiência, reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no concurso, figurará na lista de classificação geral.

2.12. O candidato com deficiência, reprovado na perícia médica no decorrer do contrato em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo a que se refere este edital, terá o contrato rescindido.

2.13. Os candidatos que, no ato da inscrição, declararem-se com deficiência, se não eliminados no concurso e considerados deficientes, terão seus nomes publicados em lista à parte e, caso obtenham a classificação necessária, figurarão também na lista de classificação geral por cargo/área/disciplina.

2.14. As vagas de que trata o subitem 2.13, que não forem providas por falta de candidatos com deficiências aprovados, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação por cargo/área/disciplina.

3. DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS NEGROS E PARDOS

3.1. Das vagas destinadas a cada área e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do processo seletivo público/concurso, 20% serão providas na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

3.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o Subitem 3.1 deste Edital resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, nos termos do § 2º do Art. 1º da Lei nº 12.990/2014.

3.3 Para concorrer às vagas reservadas a pretos e pardos, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas dessa opção, preenchendo a autodeclaração de que é negro ou pardo (Anexo VIII), conforme quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e enviar à Comissão do Processo Seletivo Simplificado, através do e-mail seletivo.santaines@ifma.edu.br, em formato PDF, no período de **02 a 14 de junho de 2021**.

3.4. As vagas reservadas a candidatos negros foram distribuídas com base no quantitativo de vagas com vistas no atendimento do percentual indicado no Subitem 3.1, não havendo distinção e/ou privilégio de área.

3.5. A autodeclaração terá validade somente para este seletivo.

3.6. As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, devendo este responder por qualquer falsidade. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do seletivo, e se houver sido chamado, terá seu contrato cancelado.

3.7. Ressalvadas as disposições especiais previstas na Lei Federal nº 12.990/2014, os candidatos inscritos em vaga reservada a candidato negro, autodeclarado negro ou pardo, participarão do seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange aos critérios de aprovação no concurso.

3.8 A autodeclaração do candidato goza da presunção relativa de veracidade.

3.8.1 Sem prejuízo do disposto no item anterior, a autodeclaração do candidato será confirmada mediante procedimento de heteroidentificação.

3.8.2 A presunção relativa de veracidade de que goza a autodeclaração do candidato prevalecerá em caso de dúvida razoável a respeito de seu fenótipo, motivada no parecer da comissão de heteroidentificação.

3.9. Antes do resultado final, os candidatos que se autodeclararam negros ou pardos serão convocados no endereço eletrônico do Campus Santa Inês em data e horários definidos em edital específico para procedimento de heteroidentificação, complementar à autodeclaração, por comissão constituída para este fim, nos termos do parágrafo único do Art. 2º da Lei nº 12.990/2014.

3.9.1 Considera-se procedimento de heteroidentificação a identificação por terceiros da condição autodeclarada.

3.9.2. O procedimento de heteroidentificação será realizado por comissão designada pelo Diretor-Geral do IFMA-Campus Santa Inês especificamente para este fim. A divulgação desta comissão será realizada de acordo com o Cronograma (Anexo VII).

3.9.3. A heteroidentificação, complementar à autodeclaração será realizada, exclusivamente, na sede do Campus Santa Inês, respeitando as recomendações dos subitens 6.6.1 a 6.6.15, conforme dia e horário previamente divulgado em edital específico, em conformidade com o Cronograma do Processo Seletivo.

3.9.4. As formas e critérios do procedimento de heteroidentificação deverão considerar, tão somente, os aspectos fenotípicos do candidato, os quais serão verificados obrigatoriamente com a presença do candidato.

3.9.5. A avaliação da comissão especial de heteroidentificação considerará os seguintes aspectos quanto à condição de negro:

- a) a informação prestada no ato da inscrição quanto à condição de negro;
- b) a autodeclaração assinada pelo candidato quanto à condição de negro (Anexo VIII);
- c) o fenótipo do candidato será verificado pessoalmente pelos membros da comissão.
- 3.10. O candidato apresentará-se para aferição da veracidade de sua autodeclaração às suas expensas, conforme item 3.9 e seus subitens.
- 3.11. O candidato que for aprovado ou classificado às vagas destinadas a negros ou pardos, quando em comparecimento para aferição de veracidade, deverá assinar formulário padrão, em que se autodeclara pessoa negra ou parda.
- 3.12. O candidato não será considerado enquadrado na condição de pessoa negra ou parda quando:
- a) não assinar a autodeclaração;
- b) não comparecer ao procedimento de heteroidentificação;
- c) se recusar seguir as orientações da comissão;
- d) se recusar a ser filmado;
- e) a Comissão de Heteroidentificação deliberar que não atendeu à condição de pessoa negra ou parda;
- 3.13. A Comissão de Heteroidentificação elaborará parecer individualizado acerca dos critérios fenotípicos de cada candidato.
- 3.14. O resultado preliminar dos candidatos considerados negros ou pardos será divulgado de acordo com o Cronograma do Anexo VII, no site eletrônico do IFMA-Campus Santa Inês.
- 3.15. O candidato que não for considerado como pessoa negra ou parda, poderá recorrer da decisão.
- 3.15.1 Os recursos serão apreciados por comissão recursal do procedimento de heteroidentificação nomeada pelo Diretor-Geral especificamente para este fim.
- 3.15.2 A comissão recursal será composta por três integrantes distintos dos membros da comissão de heteroidentificação.
- 3.15.3. Em face de decisão que não confirmar a autodeclaração terá interesse recursal somente o candidato por ela prejudicado.
- 3.15.4 Das decisões da comissão recursal não caberá recurso.
- 3.16. O candidato disporá de até 2 (dois) dias, a partir da divulgação da relação citada no subitem 3.14, para contestar o indeferimento, na forma da Lei, mediante preenchimento do requerimento de recurso (ANEXO III). Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão do Processo Seletivo através do e-mail seletivo.santaines@ifma.edu.br. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.
- 3.17. O resultado definitivo do procedimento de heteroidentificação será publicado em site eletrônico do IFMA-Campus Santa Inês, do qual constarão os dados de identificação do candidato e a conclusão final a respeito da confirmação da autodeclaração.
- 3.18. Constatada a não condição de negro ou pardo o candidato será eliminado do seletivo, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, nos termos do parágrafo único do Art. 2º da Lei nº 12.990/2014.
- 3.19. Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas às pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.
- 3.19.1. Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.
- 3.19.2. O candidato é responsável pela consulta à situação de sua inscrição e demais informações necessárias para a realização das provas.
- 3.20. No surgimento de novas vagas para áreas que não tiveram reserva a candidatos negros, aplicando-se o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas para candidatos negros, e na inexistência de candidatos com deficiência aprovados, a 5ª (quinta) vaga de cada área, por antecipação do direito de reserva, será destinada ao primeiro candidato negro classificado e homologado para a referida vaga, em este não conseguindo melhor colocação na lista geral.

4. DAS INSCRIÇÕES

- 4.1. As inscrições para o Processo Seletivo Simplificado serão efetuadas, exclusivamente, via internet, no endereço eletrônico (<https://portal.ifma.edu.br/concursos-e-seletivos/>), no período de **02 de junho até às 18h do dia 14 de junho de 2021**.
- 4.2. O candidato obterá no momento da inscrição a Guia de Recolhimento da União (GRU) e efetuará seu pagamento no Banco do Brasil, em horário normal de expediente bancário até o dia **14 de junho de 2021**. O valor da taxa de inscrição é de **R\$ 80,00 (oitenta reais)**.
- 4.3. No último dia de inscrição, caso ocorram problemas de ordem do sistema bancário, o prazo será prorrogado até o próximo dia útil ao da normalização do serviço.
- 4.4. Não haverá isenção do valor da inscrição e em nenhuma hipótese haverá devolução do valor pago.
- 4.5. A inscrição somente será acatada após a confirmação, pelo banco, do pagamento do valor da inscrição, dentro dos prazos estabelecidos neste item.
- 4.6. O candidato terá direito a apenas uma única inscrição no Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital.
- 4.7. O candidato que se declarar deficiente deverá se submeter à perícia médica promovida pela equipe de profissionais do IFMA, que verificará sua compatibilidade entre as atribuições do cargo/área/especialidade e a deficiência apresentada e emitirá parecer conclusivo sobre a viabilidade para o cargo pretendido. Neste caso, o candidato deverá comparecer à perícia médica munido de laudo médico que ateste espécie e grau, ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID-10), bem como à provável causa da deficiência, conforme a Lei nº 8.112/90 e o Decreto nº 3.298/99.
- 4.8. Para proceder à inscrição no Processo Seletivo Simplificado o candidato deverá:
- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado e estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;
- b) Satisfazer todas as condições deste Edital, anulando-se todos os atos decorrentes de inscrição efetuada em desacordo com as presentes normas;
- c) Preencher todos os campos exigidos no Formulário de Requerimento de Inscrição.
- 4.9. A inscrição do candidato é de sua inteira responsabilidade e implica o conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento ou discordância.
- 4.10. Para quaisquer informações sobre este Processo Seletivo, o Campus Santa Inês disponibilizará o telefone (98) 98461-3403 em dias úteis, no horário normal de expediente, ou através do seletivo.santaines@ifma.edu.br
- 4.11. O resultado preliminar das inscrições será divulgado no site oficial do IFMA (<https://portal.ifma.edu.br/concursos-e-seletivos/>) no dia **16 de junho de 2021**.
- 4.12. O candidato disporá de 2 (dois) dias, a partir da divulgação da relação citada no subitem anterior, para fundamentar a contestação de indeferimento, mediante preenchimento do requerimento de recurso (ANEXO III). Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão do Processo Seletivo através do e-mail seletivo.santaines@ifma.edu.br. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

5. DAS PROVAS

- 5.1. O Processo Seletivo de que trata este Edital constará de duas etapas distintas. A primeira constituída de uma Prova Didática, de caráter eliminatório e classificatório, e a segunda de uma Prova de Títulos, de caráter classificatório.

6. DA PROVA DIDÁTICA

- 6.1. A Prova Didática será pública, constituída de uma aula expositiva sobre o tema sorteado, realizada perante uma Banca Examinadora e terá como objetivo avaliar o candidato quanto ao seu conhecimento específico e capacidade didático-pedagógica, respeitando as recomendações do item 6.6 e seus subitens deste Edital.
- 6.2. A prova deverá ter duração mínima de 45 (quarenta e cinco) minutos e máxima de 55 (cinquenta e cinco) minutos. O candidato que finalizar sua prova didática fora do prazo determinado neste item será eliminado.

- 6.3. A Prova Didática será realizada na cidade de Santa Inês – MA, na sede do IFMA – Campus Santa Inês, situado na Av. Mal. Castelo Branco, s/n, Bairro Canaã, nos dias **30 de junho de 2021 e 01 de julho de 2021, das 8h às 18h**, obedecendo rigorosamente ao Cronograma de Sorteio e Realização da Prova Didática, elaborado de acordo com a ordem de inscrição do candidato e respeitando as recomendações do item 6.6 e seus subitens deste Edital.
- 6.4. O Cronograma de Sorteio e Realização da Prova Didática, parte integrante deste Edital, será divulgado no site oficial do IFMA (<https://portal.ifma.edu.br/concursos-e-seletivos/>), dia **24 de junho de 2021**.
- 6.5. O sorteio do tema da Prova Didática ocorrerá 48 (quarenta e oito) horas antes da mesma, sendo vedada ao candidato qualquer outra atividade referente ao Processo Seletivo neste interstício.
- 6.5.1. O sorteio do tema será feito em sessão pública, na sede do IFMA – Campus Santa Inês, e a presença do candidato será facultativa, respeitando as recomendações do item 6.6 e seus subitens deste Edital.
- 6.5.2. O tema sorteado, dentre uma lista de 08 (oito) temas constantes no Anexo I deste Edital, será o mesmo para todos os candidatos, de cada grupo concorrente a determinada vaga, desde que o número destes candidatos não ultrapasse 04 (quatro). Ultrapassado esse limite, serão constituídos tantos grupos quantos forem necessários.
- 6.5.2.1 Em caso de elevado número de participantes e impossibilidade de formação de mais de uma Banca Examinadora, o número de candidatos por grupo poderá ser aumentado.
- 6.5.3. O tema sorteado será lavrado em Ata pela Banca Examinadora e divulgado nos murais do IFMA-Campus Santa Inês, bem como no site do IFMA (<https://portal.ifma.edu.br/concursos-e-seletivos/>).
- 6.5.4 A Prova Didática terá seu início no **dia 30 de junho de 2021, das 8h às 18h e no dia 01 de julho de 2021, das 08h às 18h** podendo estas datas serem estendidas dependendo do número de candidatos inscritos, obedecendo rigorosamente ao cronograma, respeitando as recomendações do item 6.6 e seus subitens deste Edital.
- 6.6. Todos os candidatos do seu respectivo grupo de apresentação deverão comparecer ao local de realização da Prova Didática munidos de Carteira de Identidade ou qualquer outro documento oficial que contenha foto, para conferência e assinatura da lista de frequência, com 30 (trinta) minutos de antecedência do início dos trabalhos do seu grupo, cumprindo as exigências dos subitens abaixo:
- 6.6.1 Utilizar, obrigatoriamente, dentro dos espaços do Campus, máscaras (caseiras ou cirúrgicas), conforme Decreto nº 35.476 de 20 de Abril de 2020, do Governo do Maranhão.
- 6.6.2 A máscara deve cobrir totalmente o nariz e a boca, desde a entrada até a saída do local de provas. Será permitido que o candidato leve máscara reserva para troca durante o período que permanecer no Campus;
- 6.6.3 Ao candidato será permitido a retirada da máscara para alimentação e para ingestão de líquidos. Recolá-la após tais ações.
- 6.6.4 O descarte da máscara de proteção contra a Covid-19, durante o período que permanecer nas dependências do Campus, deve ser feito pelo participante de forma segura, nas lixeiras do local de provas.
- 6.6.5 Praticar medidas de etiqueta respiratória ao tossir ou espirrar, tais como: cobrir nariz e boca com lenço descartável ou com a curvatura do cotovelo.
- 6.6.6 Evitar tocar os olhos, nariz e boca com as mãos não lavadas;
- 6.6.7 Será disponibilizado álcool em gel nos locais de aplicação das etapas do processo seletivo, para higienização das mãos e equipamentos de todos os candidatos e equipe de trabalho.
- 6.6.8 No momento de identificação do candidato, será necessária a higienização das mãos com álcool em gel para conferência e assinatura da lista de frequência. Os membros da comissão organizadora poderão solicitar ao candidato que abaixe a máscara rapidamente, caso indispensável para afastar dúvida quanto à identidade do candidato.
- 6.6.9 O candidato deverá levar os seus próprios copos ou garrafas com água em todas as etapas processo seletivo. Caso necessite, serão disponibilizados copos descartáveis para os candidatos que não levarem.
- 6.6.10 A temperatura será aferida na entrada do Campus.
- 6.6.11 Caso seja identificado algum candidato com temperatura acima de 37,8°C, este deve ser orientado, na portaria, a procurar um serviço médico externo mais próximo;
- 6.6.12 O candidato deverá informar na semana da prova e a qualquer momento, se testou positivo para a COVID ou teve contato com pessoa infectada. Neste caso, não poderá participar da prova.
- 6.6.13 A entrada de pessoas com sintomas gripais e/ou que não estejam portando máscaras de forma correta não será permitida.
- 6.6.14 Sempre que possível, as salas de aulas devem permanecer com as janelas e portas abertas para renovação do ar, no interior delas. O uso do ar condicionado, quando possível, deve ser evitado; porém, nos casos onde não existir janelas e apenas portas, estas, devem ser abertas, constantemente, para renovação do ar, em seu interior;
- 6.6.15 Será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que, durante a realização das provas, descumprir as medidas de proteção constantes neste Edital.
- 6.7. Não será permitido aos candidatos inscritos assistirem à prova dos concorrentes.
- 6.8. A Banca Examinadora poderá arguir o candidato, o que não deverá ultrapassar o tempo máximo de 15 minutos.
- 6.9. Os candidatos, ao se apresentarem para a Prova Didática, deverão entregar à Banca Examinadora o Plano de Aula em 3 (três) vias. O candidato que não entregar o Plano de Aula será sumariamente eliminado do Concurso. Ao final da prova didática, caso o candidato obtenha nota igual ou superior a 7,0 (sete), deverá entregar o *Curriculum Vitae - modelo Lattes*.
- 6.10. No Plano de Aula deverão constar:
- Identificação do tema;
 - Objetivos;
 - Conteúdo Programático;
 - Procedimentos Metodológicos;
 - Recursos Instrucionais;
 - Procedimentos Avaliativos;
 - Previsão do tempo;
 - Referências.
- 6.11. Todas as informações apresentadas no *Curriculum Vitae - modelo Lattes* deverão ter seus comprovantes com cópias legíveis, autenticadas ou acompanhadas dos originais. Caso contrário, estes não serão analisados para contagem de pontos.
- 6.12. No julgamento da Prova Didática, cada Examinador levará em consideração a elaboração e operacionalização do Plano de Aula, conforme Anexo IV, observando ainda a capacidade de comunicação, de organização do pensamento e de planejamento, bem como criatividade, atualidade e adequação do conteúdo, nível de exposição, coerência entre objetivos e conteúdos, segurança e postura profissional.
- 6.13. A preparação, aquisição e utilização de recursos para a Prova Didática serão de inteira responsabilidade do candidato.
- 6.14. O candidato que optar por gravar sua aula deverá manifestar-se formalmente, por escrito à Comissão do Processo Seletivo, através do preenchimento do Termo de Compromisso de Filmagem, disponível no site (www.ifma.edu.br), e providenciar seu envio ao e-mail seletivo.santaines@ifma.edu.br, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da Prova Didática.
- 6.15. Nenhum candidato poderá gravar a aula de seus concorrentes.
- 6.16. O candidato que optar por gravar sua aula deverá entregar cópia do Termo de Compromisso de Filmagem, devidamente assinado, à Banca Examinadora, no dia da sua apresentação da prova didática, no momento da assinatura da frequência. A cópia da gravação obrigatoriamente deverá ser entregue pelo candidato à Banca Examinadora, logo após o término de sua apresentação. É de responsabilidade do candidato a produção de cópia da aula imediatamente após o término da mesma.
- 6.17. O candidato deverá trazer aparelho para a realização da gravação áudio e/ou vídeo.
- 6.18. Aparelho de gravação deve conter dispositivo que permita fornecer cópia da apresentação da aula: CD, DVD, pendrive ou cabo USB.
- 6.19. O candidato que realizar a gravação da aula e que, por algum motivo, não consiga efetuar a cópia da apresentação, se quiser fazer uso do aparelho, deverá deixar o próprio aparelho de gravação, devidamente identificado, com a banca, para posterior restituição logo após o prazo para recurso.
- 6.20. A gravação da Prova Didática deve conter como imagem e/ou áudio de abertura, a identificação da banca feita pelos próprios integrantes, a identificação do candidato e a área do conhecimento a que concorre;
- 6.21. Não será permitido o uso de aparelho celular para gravação da Prova Didática.
- 6.22 Ao término da prova didática, o candidato receberá a nota correspondente a sua apresentação, o qual irá assinar documento respectivo a este procedimento, fornecido pela banca examinadora, antes do início da apresentação do candidato seguinte.

7. DA PROVA DE TÍTULOS

- 7.1. Após apresentação da Prova Didática, caso o candidato seja classificado, deverá entregar à Banca Examinadora o *Curriculum Vitae – modelo Lattes* devidamente comprovado. Caso apresente declaração ou certidão esta deverá estar com data dentro do ano em vigor.
- 7.2. Apenas serão analisados os títulos dos candidatos classificados na Prova Didática, conforme subitem 6.9 e 7.1.
- 7.3. Na Prova de Títulos, a Banca Examinadora considerará a formação universitária, atividade docente, atividade técnico-profissional, trabalhos publicados e produção acadêmico-científica, cujos documentos comprobatórios deverão constar do currículo do candidato.
- 7.4. O diploma ou certificado de graduação, documento obrigatório do currículo poderá ser substituído por certidão da instituição de ensino que o expedir, desde que conste a data de conclusão do referido curso, a confirmação da expedição do diploma ou certificado e de que o mesmo se encontra em fase de registro nos órgãos competentes.
- 7.5. O certificado ou diploma de graduação, como requisito para contratação, não contará ponto para efeito de análise do currículo.
- 7.6. Na análise de currículo do candidato, não poderão ser atribuídos pontos em duplicidade para o mesmo título ou experiência, sob qualquer fundamento.
- 7.7. A análise dos títulos far-se-á obedecendo ao disposto no Quadro Demonstrativo para Pontuação de Títulos, conforme Anexo V.

8. DA BANCA EXAMINADORA

- 8.1. Será constituída Banca Examinadora encarregada da aplicação e avaliação das provas, composta por 02 (dois) Professores da área específica ou afim e 01 (um) Pedagogo ou Especialista em Educação, que possuam no mínimo o título de Especialista, designados através de Portaria expedida pelo Diretor-Geral do IFMA-Campus Santa Inês.
- 8.2. O nome dos servidores que irão compor a Banca Examinadora será indicado pela Diretoria de Desenvolvimento Educacional (DDE) e designado pelo Diretor-Geral do IFMA – Campus Santa Inês, por meio de Portaria.
- 8.3. O IFMA-Campus Santa Inês deverá divulgar a relação dos membros que constituirão a Banca Examinadora, até 72 (setenta e duas) horas antes do início marcado para a realização da Prova Didática referida neste Edital, no site (<https://portal.ifma.edu.br/concursos-e-seletivos/>).
- 8.4. A Banca Examinadora escolherá, dentre seus membros, o Presidente e o Secretário.
- 8.5. É vedada a participação na Banca Examinadora de profissionais que tenham parentesco de até terceiro grau com qualquer um dos candidatos inscritos.
- 8.6. O candidato inscrito poderá, mediante petição fundamentada, e dirigida ao Diretor-Geral do referido Campus, impugnar 01 (um) ou mais membros da Banca Examinadora, no prazo de 02 (dois) dias a contar da data de divulgação da mesma. O requerimento de recurso (ANEXO III) deverá ser enviado através do e-mail seletivo.santaines@ifma.edu.br.

9. DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

- 9.1. No julgamento da Prova Didática serão atribuídas notas de 0 (zero) a 10 (dez) a cada candidato e serão classificados os candidatos que alcançarem média igual ou superior a 7 (sete), com exceção da nota conferida ao julgamento de títulos.
- 9.1.1. Os Pesos das Provas serão dispostos da seguinte forma:

	Prova	Peso
A	Didática	2
B	Título	1

- 9.1.2. A fórmula utilizada para a obtenção da nota final será a seguinte: $nota\ final = [2 \times A + B] / 3$

- 9.1.3. As notas das provas didáticas serão informadas a cada candidato individualmente e em documento próprio logo após a apresentação de cada candidato.

- 9.2. No julgamento da Prova de Títulos a nota atribuída será o resultado da conversão dos pontos atribuídos aos títulos constantes do *Curriculum Vitae – Modelo Lattes*.

- 9.3. Após análise dos títulos dos candidatos aprovados na Prova Didática será divulgado o Resultado Preliminar do Processo Seletivo, no qual constará a nota da Prova Didática, os pontos da Prova de Títulos e a Pontuação Total obtida no mesmo.

- 9.4. Os candidatos serão classificados de acordo com a ordem decrescente de pontuação.

- 9.5. Em caso de empate na classificação, a Banca Examinadora efetuará o desempate observando os seguintes critérios, por ordem de prioridade:

- maior nota obtida na Prova Didática;
- maior nota na Prova de Títulos;
- maior tempo de experiência no magistério do ensino básico (ensino médio);
- maior tempo de experiência no magistério;
- maior idade.

- 9.6 O candidato disporá de 2 (dois) dias, a partir da divulgação do Resultado Preliminar do Processo Seletivo, para fundamentar a contestação de indeferimento, mediante preenchimento do requerimento de recurso (ANEXO III). Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão do Processo Seletivo através do e-mail seletivo.santaines@ifma.edu.br.

- 9.7. O Resultado Final do Processo Seletivo será divulgado no Quadro de Avisos da portaria do IFMA – Campus Santa Inês ou no site (<https://portal.ifma.edu.br/concursos-e-seletivos/>), bem como através de Edital de homologação do Resultado Final, publicado no Diário Oficial da União.

10. DAS CONDIÇÕES DE ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

- 10.1. Será eliminado das provas e do Processo Seletivo o candidato que:

- Não entregar Plano de Aula em 03 (três) vias;
- Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- Utilizar-se de expediente ilícito;
- Não participar da realização da Prova Didática;
- Ausentar-se da sala destinada à sua prova sem autorização da Banca Examinadora;
- Deixar de assinar a lista de frequência antes do início dos trabalhos para realização da Prova Didática;
- Não finalizar a Prova Didática dentro do prazo estabelecido no item 6.2;
- Não cumprir as exigências do presente Edital em todos os seus itens e subitens;
- Não comparecer ao IFMA - Campus Santa Inês para a realização da prova até o horário estabelecido para início dos trabalhos estabelecidos neste Edital.

11. DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 11.1. A convocação dos candidatos para contratação obedecerá, dentro de sua aprovação no Processo Seletivo, à ordem de classificação e sua respectiva contratação será feita nos termos da legislação vigente.
- 11.1.1. O candidato classificado que se declarou deficiente, após a convocação e antes de assinatura do termo de contrato, deverá se submeter à perícia médica promovida pela equipe de profissionais deste IFMA, que verificará sua qualificação como deficiente e será ainda avaliado sobre a compatibilidade entre as atribuições do cargo/área/especialidade e a deficiência apresentada, nos termos do Artigo 43, do Decreto Nº. 3.298/99 e suas alterações, respeitando as recomendações dos subitens 6.6.1 a 6.6.15 deste Edital.
- 11.1.2. O candidato que se enquadrar na situação prevista no subitem anterior deverá comparecer à perícia médica, munido de laudo médico que ateste espécie e grau, ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID-10), conforme especificado no Decreto Nº. 3.298/99 e suas alterações, bem como à provável causa da necessidade especial, respeitando as recomendações dos subitens 6.6.1 a 6.6.15 deste Edital.
- 11.1.3. A não observância do disposto no subitem 11.1.1, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito à vaga reservada ao candidato em tais condições.
- 11.1.4. As vagas de que trata o subitem 11.1.1, que não forem providas por falta de candidatos deficientes serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação por cargo/área/especialidade/ramo.
- 11.1.5. Não havendo candidatos deficientes classificados dentre os quatro primeiros colocados, o quinto a ser chamado, caso haja necessidade da administração, será obrigatoriamente um deficiente, garantindo-se assim o percentual de 20% de reserva de vagas.
- 11.1.6. O candidato deficiente, reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no Concurso, figurará na lista de classificação geral por cargo/área/especialidade/ramo.
- 11.1.7. O candidato deficiente, reprovado na perícia médica no decorrer do contrato em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo/área/especialidade/ramo, terá o contrato rescindido.
- 11.1.8. O candidato aprovado neste Processo Seletivo Público Simplificado de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico obedecendo todas as normas legais, será, contratado pelo IFMA e convocado através da Coordenadoria de Gestão de Pessoas do IFMA-Campus Santa Inês em conformidade com o presente Edital e legislação em vigor.
- 11.2. Para contratação o candidato deverá possuir habilitação específica conforme Anexo I, para o exercício do cargo a que se submeteu ao Processo Seletivo objeto deste Edital. Em caso de desistência de algum candidato convocado para contratação, a respectiva vaga será substituída por outro na sequência da ordem classificatória.
- 11.3. Será permitida a contratação de servidores da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e suas contratadas, desde que não ocupem cargo efetivo da Carreira de Magistério do Ensino Básico Técnico e Tecnológico e das Instituições Federais de Ensino, condicionada à formal comprovação de compatibilidade de horários.
- 11.4. No ato da contratação, o candidato firmará declaração de que não foi contratado anteriormente, com fundamento na Lei nº 8.745/93, e suas alterações. O candidato que não puder ou não quiser declarar, declarar falsamente, ou tenha efetivamente sido contratado anteriormente, com fundamento na Lei nº 8.745/93, dentro do prazo de vinte e quatro meses, não poderá ter novo contrato público, sob pena de rescisão contratual.
- 11.5. É vedada ao Professor contratado nos termos do presente Edital, a alteração do regime de trabalho.
- 11.6. O contrato será temporário, em regime de prestação de serviço de 40 (quarenta) horas semanais, como Professor Substituto do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme termos do Anexo VI.
- 11.7. O contratado em regime de 40 (quarenta) horas perceberá a título de remuneração o valor de R\$ 3.130,85 (três mil, cento e trinta reais e oitenta e cinco centavo) que corresponde ao Vencimento Básico (VB) da classe inicial da carreira de professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, podendo ser acrescidos do valor da Retribuição por Titulação (RT), não acumuláveis, de Aperfeiçoamento, no valor de R\$ 234,81 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos), Especialização, no valor de R\$ 469,63 (quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta e três centavos), Mestrado, no valor de R\$ 1.174,07 (um mil, cento e setenta e quatro reais e sete centavos) e Doutorado, no valor de R\$ 2.700,36 (dois mil, setecentos reais e trinta e trinta e seis centavos), Auxílio Alimentação no valor de R\$ 458,00 (quatrocentos e cinquenta e oito reais), e de vantagens, benefícios e adicionais previstos na legislação.
- 11.8. A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em três listas, contendo, a primeira, a classificação de todos os candidatos, inclusive os deficientes e negros, a segunda os candidatos negros e a terceira os candidatos deficientes.
- 11.9. A homologação da relação de candidatos aprovados e de classificados no certame por área passíveis de convocação, respeitará a ordem de classificação e o quantitativo máximo, conforme indicado no Anexo I, do Decreto 6.944, de 21 de agosto de 2009.
- 11.10. Os candidatos relacionados na listagem de candidatos com deficiência ou negros poderão também figurar na listagem da ampla concorrência, observando-se rigorosamente a pontuação obtida na ordem decrescente dos resultados obtidos.
- 11.11. Os candidatos que excederem o número máximo de classificados para efeito de homologação, conforme o Decreto 6.944, de 21 de agosto de 2009, ainda que tenham obtido nota mínima exigida para a classificação neste certame, serão considerados automaticamente reprovados neste Concurso Público.

12. DA VALIDADE

- 12.1. O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 (um) ano, a contar da data da publicação do Edital de Homologação do Resultado Final no Diário Oficial da União e no site: www.ifma.edu.br, podendo ser prorrogado por igual período, conforme conveniência e oportunidade da Administração.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. Caberá recurso, contra os dispositivos deste Edital, resultado preliminar das inscrições, composição da Banca Examinadora, resultado preliminar da prova didática e de títulos, após publicação das respectivas divulgações, devidamente fundamentado, conforme Cronograma constante neste Edital (Anexo VII).
- 13.2. Os recursos somente serão analisados se estiverem dentro do prazo estabelecido neste Edital.
- 13.3. Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão do Processo Seletivo, mediante preenchimento do requerimento de recurso (ANEXO III) e envio através do e-mail seletoivo.santaines@ifma.edu.br.
- 13.4. Aos recursos inverídicos e sem comprovação dos fatos ali citados, caberá a este Instituto tomar as medidas cabíveis que se fizerem necessárias a atos e/ou fatos, que desabonem a conduta da Comissão Organizadora, da Banca Examinadora ou deste Instituto e os procedimentos indenizatórios cabíveis.
- 13.5. Decorrido o prazo recursal, ou julgado os eventuais recursos, será publicado o resultado final.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. O Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Professor Substituto será realizado sob a responsabilidade do IFMA - Campus Santa Inês, obedecidas às normas do presente Edital.
- 14.2. O Processo Seletivo não constitui Concurso para ingresso no quadro Permanente de Ensino da Carreira de Magistério do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do IFMA.
- 14.3. Após a assinatura, o professor contratado deverá, de imediato, cumprir o horário de trabalho estabelecido pelo IFMA - Campus Santa Inês, através da Diretoria de Desenvolvimento Educacional, nos horários e turmas por ela indicadas.
- 14.4. O Resultado Final do Processo Seletivo será homologado pelo Diretor-Geral do IFMA deste Campus e será publicado no Diário Oficial da União, no Quadro de Avisos da portaria do IFMA - Campus Santa Inês e no site (<https://portal.ifma.edu.br/concursos-e-seletivos/>), contendo a relação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo.
- 14.5. O Edital de Homologação do Resultado Final será publicado no Diário Oficial da União, no Quadro de Avisos da portaria do IFMA - Campus Santa Inês e no site (<https://portal.ifma.edu.br/concursos-e-seletivos/r/>), contendo a relação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo, classificados por área/disciplina, por ordem de classificação, conforme indicado no Anexo II do Decreto 6.944, de 21 de agosto de 2009.
- 14.6. A qualquer tempo, a inscrição, prova ou a contratação do candidato poderão ser anuladas, desde que verificada falsidade de declarações ou irregularidades nas provas e/ou nos documentos.
- 14.7. Os candidatos não classificados terão 30 (trinta) dias, após o preenchimento das vagas objeto deste Processo Seletivo, para retirarem seus currículos no IFMA-Campus Campus Santa Inês. Findo este prazo, os mesmos serão encaminhados para reciclagem.
- 14.8. Quaisquer alterações das disposições ora estabelecidas serão comunicadas através de Nota Oficial, a ser divulgada no Quadro de Avisos da portaria do Campus Santa Inês, no site (<https://portal.ifma.edu.br/concursos-e-seletivos/>) e no Diário Oficial da União, vindo tal documento a constituir parte integrante deste Edital.

- 14.9. A aprovação e a classificação no Processo Seletivo geram para o candidato direito subjetivo à contratação, observando-se as disposições legais pertinentes e o interesse e a conveniência do IFMA.
- 14.10. Fazem parte integrante deste Edital os Formulários para candidatos deficientes, recurso e demais Anexos.
- 14.11. O candidato aprovado neste Processo Seletivo, obedecendo todas as normas legais, será contratado pelo IFMA - Campus Santa Inês em conformidade com o presente Edital e legislação em vigor.
- 14.12. Quaisquer dúvidas ou informações serão respondidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado no telefone (98) 98461-3403 e endereço eletrônico seletivo.santaines@ifma.edu.br
- 14.13. Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão analisados pela Direção-Geral do IFMA - Campus Santa Inês.
- 14.14. O presente Edital e todos seus Anexos estão disponíveis no site www.ifma.edu.br.
- 14.15. Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Maranhão para dirimir questões oriundas do presente Processo Seletivo.

Santa Inês - MA, 27 de maio de 2021.

(assinado eletronicamente)

Aristóteles de Almeida Lacerda Neto
Diretor-Geral do IFMA-Campus Santa Inês

ANEXO I – QUADRO DE VAGAS/ÁREAS/TEMAS DA PROVA DIDÁTICA

ÁREA/DISCIPLINA: SOCIOLOGIA

Área/Disciplina	AC	PCD	CR	Requisito (s)	Tema da prova
Sociologia	01	0	0	Licenciatura em Ciências Sociais ou Sociologia ou Ciências Humanas/Sociologia.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Evolução Histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média e idade Moderna; 2. Precarização do Trabalho: Subdesenvolvimento e Dependência Econômica; 3. A Escravidão e a Questão Racial; 4. Ciências Sociais, Ética e Bioética; 5. Estado, Política e Educação no Contexto Internacional e no Brasil; 6. Trabalho, Educação e Desigualdade Social; 7. Universidade, Ciência e Formação Acadêmica; 8. O Trabalho em Marx, Weber e Durkheim; 9. <i>Habitus</i>, Reprodução Social e Reprodução Cultural; 10. Cultura das organizações: características, classificação e intervenção.

ANEXO II - Modelo de Requerimento

_____, candidato regularmente inscrito no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº _____, inscrição nº _____, residente _____, nº _____ bairro _____, fone () _____, deficiência _____, requer a Vossa Senhoria condições especiais para fazer as Provas do Processo Seletivo em referência, anexando, para tanto, Atestado Médico.

N. Termos

P. Deferimento

Santa Inês - MA, _____ de _____ de 2021.

Assinatura

CI nº

ANEXO III - MODELO DE RECURSO

À Comissão do Processo Seletivo

_____ candidato regularmente inscrito no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº _____, residente à _____, nº _____, bairro _____, CEP _____, vem, _____, recorrer:

Anexando _____ documento(s) e baseando-se nos seguintes argumentos:

Santa Inês-MA, ____ de _____ de 2021

Assinatura

CI: _____ CPF: _____

Telefones de contato (____) _____, Celular (____) _____

E-mail: _____

ANEXO IV – FICHA DE AVALIAÇÃO DA PROVA DE DESEMPENHO DIDÁTICO

NOME DO CANDIDATO: _____

DATA DA PROVA: ___ / ___ / ___ **TEMA:** _____

ÁREA: _____

PLANO DE AULA	PONTOS MÁXIMOS	PONTOS ATRIBUÍDOS	ANÁLISE CRÍTICA
1. Objetivos	0 a 5		
2. Seleção do Conteúdo Programático	0 a 5		
3. Procedimentos Metodológicos	0 a 5		
4. Recursos Didáticos	0 a 5		
5. Procedimentos de Avaliação da Aprendizagem	0 a 5		
6. Previsão do Tempo	0 a 2		
7. Referências	0 a 3		
(A)	0 a 30		
DESENVOLVIMENTO DA AULA	PONTOS MÁXIMOS	PONTOS ATRIBUÍDOS	ANÁLISE CRÍTICA
1. Domínio do Conteúdo	0 a 12		
2. Operacionalização dos Objetivos	0 a 12		
3. Desenvolvimento dos Procedimentos Metodológicos	0 a 12		
4. Utilização Adequada dos Recursos Didáticos	0 a 12		
5. Execução dos Procedimentos de Avaliação da Aprendizagem	0 a 12		
6. Administração do Tempo	0 a 10		
(B)	0 a 70		

NOTA FINAL [(A + B)/10] = _____

NOME DO AVALIADOR: _____

ANEXO V – INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS – IFMA**1. Prova de Título**

1.1. A Prova de Título será realizada através de análise do currículo dos candidatos inscritos, obedecendo aos critérios estabelecidos de acordo com os quadros a seguir:

FORMAÇÃO ACADÊMICA	PONTOS
Licenciatura Plena	2,00
Licenciatura obtida por Programas Especiais de Formação Pedagógica de Docente de Ensino Fundamental, ensino Médio e da Educação Profissional de Nível Médio.	1,00
Mestrado	0,70
Doutorado	0,90
Especialização (considerar até 02 certificados, valor unitário 0,30 pontos)	0,60
Atualização – CH mínima de 120h (considerar até 02 certificados, valor unitário 0,10 pontos)	0,20
Extensão, Seminário ou Similar – CH acima de 40h (considerar até 02 cursos, valor unitário 0,1 ponto)	0,2
EXPERIÊNCIAS EM DOCÊNCIA	PONTOS
Ensino Fundamental- 0,2 pontos por ano letivo (considerar até 5 anos)	1,0
Ensino Médio/ Educação Profissional e Técnica- 0,4 pontos por ano letivo (considerar até 5 anos)	2,0
Ensino Superior: Graduação- 0,2 pontos por semestre letivo (considerar até 05 semestres)	1,0
Ensino Superior: Pós-Graduação – 0,2 pontos por disciplina com carga horária igual ou superior a 45h (considerar até 05 disciplinas)	1,0
EXPERIÊNCIA TÉCNICA- PROFISSIONAL EM ÁREA CORRELATA	PONTOS
De, no mínimo, um ano	0,2
De um a dois anos	0,5
De dois a três anos	0,8
Mais de três anos	1,0
PRODUÇÃO ACADÊMICA-CIÊNTÍFICA EM ÁREA CORRELATA	PONTOS
Livros ou capítulo de livros publicados	0,8
Artigos publicados em periódicos especializados	0,5
Trabalhos publicados em anais de congressos, seminários ou similares	0,3
Trabalhos apresentados em congressos, seminários ou similares	0,2

ANEXO VI – TERMOS DO CONTRATO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO NO ÂMBITO EDUCACIONAL, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CELEBRADO ENTRE O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO E O Sr.(a) _____ NOS TERMOS DO ARTIGO 37, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI N.º 8.745, DE 09.12.93 (DOU DE 10.12.93) E SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

Por este instrumento, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão-IFMA, autarquia vinculada ao Ministério da Educação, criado pela Lei 11.982, de 2008, inscrito no CNPJ n.º _____, sediado na _____, n.º 04, Bairro _____, doravante denominado de INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO, neste ato representado pelo **Reitor**, _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____ SSP/MA e do CPF n.º _____ domiciliado na Rua _____, bairro _____, CEP _____ e _____, brasileiro, _____, professor, portador da Carteira de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, residente e domiciliado na Rua _____, CEP _____ doravante denominado DOCENTE, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviço de magistério, por tempo determinado, nos termos previsto no art.37, IX, da Constituição Federal, e da Lei 8.745, 09/12/93, e alterações posteriores, considerando ainda o disposto no Edital de Resultado Final e Homologação n.º _____ de _____ de _____ de _____, publicado no DOU de _____ e processo n.º _____, da forma que se segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Pelo presente instrumento, o docente compromete-se a prestar serviço de magistério como professor substituto, por tempo determinado, tendo por fundamento a Lei 8.745, de 1993.

PARÁGRAFO ÚNICO

O docente realizará suas atividades educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, no **Campus XXXXXX**, tomador de serviço, ministrando aulas na área/disciplina de Sociologia e exercendo suas atribuições em jornada de 40h (quarenta horas) semanais, em horário determinado de acordo com as necessidades institucionais, não podendo ser alterado a carga horária.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA EXCLUSÃO DO QUADRO PERMANENTE

O docente não pertence, nem virá a pertencer, a tabela ou quadro permanente da Instituição tomadora de serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA REMUNERAÇÃO

MAGISTÉRIO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO.

O docente do magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico perceberá, a título de remuneração R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), o valor correspondente ao vencimento básico da classe D I, Nível 1 (Lei 12.772, 28/12/2012), calculado de acordo com o regime de trabalho.

PÁRAGRAFO PRIMEIRO - Ao vencimento básico será acrescido o valor correspondente a Retribuição por Titulação (RT), não acumulável, instituída pela Lei 11.784, de 2008, **se o docente comprovar, por ocasião da celebração do presente contrato, ser possuidor de título de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado, conforme dispõe o art.2.º da Orientação Normativa do SRH/MP, N.º 05 de 28.10.2009.**

PARÁGRAFO SEGUNDO – O Docente não faz jus a qualquer progressão funcional.

CLÁUSULA QUARTA – DA DURAÇÃO E DA PUBLICIDADE

O presente contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados da assinatura, ____/____/____ a ____/____/____, devendo ser publicado seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ser fundamentado na necessidade do serviço, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA

Aplicam-se ao docente, contratado, nos termos da Lei 8.745/93, o disposto nos artigos 53 e 54; 57 a 59; 63 a 66; 68 a 80; 97; 104 a 109; 110, inciso I, in fine e II, parágrafo único, a 115; 116, inciso I a V, alíneas a e c; VI a XII e parágrafo único; 117. Incisos I a IV e XVIII; 118 a 126; 127. Inciso I,II, III a 132, I a VII e IX a XIII; 136 a 142, INCISO I, primeira parte, a III, e parágrafos 1º ao 4º, 236; 238; 242 da Lei 8.112 de dezembro de 1990.

CLÁUSULA SEXTA

O docente substituto, acima denominado, não deverá:

- I. Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
- II. Ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício do cargo em comissão ou função de confiança;
- III. Ser novamente contratado, com fundamento na Lei n.º 8.745/93, antes de decorridos 24 (vinte e quatro) meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo na hipótese prevista no inciso I, do art.2º, mediante prévia autorização, conforme determina o art.5º.

CLÁUSULA SÉTIMA-DA EXTINÇÃO

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual ou por iniciativa do contratado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30(trinta) dias.

PARAGRAFO SEGUNDO- A extinção do contrato, por iniciativa do tomador de serviço, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o foro da Justiça Federal do Maranhão da Seção Judiciária da cidade de São Luís, Estado do Maranhão para dirimir dúvidas ou para solucionar os conflitos resultantes deste Pacto Contratual.

E, por estarem assim justos e acordados, as partes assinam o presente contrato em 04(quatro) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

São Luís - MA, ____ de ____ de 2021.

Contratante: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

Contratado (a)

Testemunhas: _____

ANEXO VII – CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

DATA OU PERÍODO	EVENTO
28/05/2021	Publicação do Edital no site do IFMA e no D.O.U.
28 e 31/05/2021	Recurso contra os dispositivos do Edital
01/06/2021	Resultado dos recursos
02/06/2021 até às 18h do dia 14/06/2021	Período de inscrições
02 a 14/06/2021	Prazo para envio (e-mail) do laudo médico que comprove que o candidato é pessoa com deficiência
02 a 14/06/2021	Prazo para encaminhamento do requerimento de atendimento especial para a realização da prova didática
02 a 14/06/2021	Prazo para envio da autodeclaração (item 3.3)
16/06/2021	Divulgação da Relação Preliminar das Inscrições Deferidas
17 e 18/06/2021	Prazo para Recurso de Inscrições
21/06/2021	Divulgação das inscrições Deferidas após recurso
21/06/2021	Divulgação dos nomes dos membros da Banca Examinadora
22 e 23/06/2021	Prazo para Recurso contra composição da Banca Examinadora
24/06/2021	Divulgação do resultado dos recursos contra os componentes da Banca Examinadora, e divulgação final dos membros da Banca, se houver recurso
24/06/2021	Divulgação do Cronograma da realização da Prova Didática
28 e 29/06/2021	Realização do sorteio da Prova Didática
30/06 e 01/07/2021	Realização da Prova Didática e Entrega de Títulos
02/07/2021	Convocação de Candidatos para procedimento de heteroidentificação e Divulgação da Banca de Heteroidentificação
03 e 04/07/2021	Prazo para recurso contra composição da Banca de Heteroidentificação
05/07/2021	Resultado dos recursos contra composição da Banca de Heteroidentificação
06/07/2021	Realização do Procedimento de Heteroidentificação.
07/07/2021	Resultado preliminar da Heteroidentificação
08 e 09/07/2021	Prazo para recurso contra o resultado preliminar da Heteroidentificação
12/07/2021	Divulgação do resultado dos recursos e do resultado final da Heteroidentificação
12/07/2021	Divulgação do Resultado Preliminar do Processo Seletivo
13 e 14/07/2021	Prazo para recurso ante o Resultado Preliminar do Processo Seletivo
15/07/2021	Divulgação do Resultado do recurso e do Resultado Final do Processo Seletivo
16/07/2021	Homologação do Resultado Final no DOU

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE RESERVA DE VAGA PARA NEGROS E PARDOS

Eu _____ inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF _____ sob o nº, DECLARO, nos termos dos art. 1º e 2º da Lei nº 12.990/2014, o reconhecimento de que sou beneficiário de reserva de vagas destinadas a negros eferente ao Edital do Processo Seletivo Público Simplificado para Contratação de Professor nº ____/2021 de ____ de ____ de 2021.

DECLARO, ainda, que as informações aqui prestadas são exatas e verdadeiras e de minha inteira responsabilidade, sob pena de caracterização do crime tipificado no art. 299 do Código Penal.

Santa Inês, MA, ____ de ____ de 2021.

Assinatura

Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014.

Art. 1º Ficam reservadas aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, na forma desta Lei.

(...)

Art. 2º Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Parágrafo único. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Código Penal / Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Aristoteles de Almeida Lacerda Neto, DIRETOR GERAL - CD2 - GAB-SIN**, em 27/05/2021 19:27:29.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/05/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifma.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 272210

Código de Autenticação: 2cdefc0f05

